



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

## SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

**DECLARAÇÃO Nº. 003/003-2024**

O Município de Paverama, pessoa jurídica de direito público, CNPJ/MF Nº 91.693.317/0001-06, com sede na Rua Jacob Flach, 222, Bairro Centro, neste município, na pessoa do Prefeito Fabiano Merence Brandão, no uso de suas atribuições e com base na Constituição Federal do Brasil, na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, na Lei Federal 6.938/81, na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA de Nº 237/97, nas Leis Municipais, na Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA Nº 372/2018 e supervenientes, que habilita nosso município para realização do licenciamento ambiental das atividades de impacto local, e com base nos autos do processo administrativo nº: 2765/2024 expede a presente **DECLARAÇÃO** ao:

**REQUERENTE:** Câmara Municipal de Vereadores de Paverama

**CNPJ:** 10.674.611/0001-79

**ENDEREÇO:** Rua 4 de Julho, nº 7190, Bairro Centro, Paverama/RS

**ENDEREÇO DA OBRA:** Rua 5 de Março, Bairro Centro, Paverama/RS

**ZONEAMENTO:** Zona urbana

**MATRÍCULA DO IMÓVEL:** 29.206, Livro nº 2, Registro de Imóveis de Teutônia/RS

**À PROMOVER:** Conclusão da obra do novo prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Paverama com uma área construída de 400,08 m<sup>2</sup> em um imóvel urbano com superfície de 6.249,27 m<sup>2</sup>.

### 1. QUANTO A INTERVENÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS E DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL:

1.1. Esse documento se refere à conclusão da obra do prédio da Câmara Municipal que possui uma área útil construída de 400,08 m<sup>2</sup>, junto a Rua 5 de Março, Bairro Centro, município de Paverama/RS em um imóvel com área superficial de 6.249,27 m<sup>2</sup>;

1.2. Somente são licenciáveis as atividades que constam na Resolução CONSEMA 372/2018. As atividades que não constam nesta resolução, são não incidentes de licenciamento ambiental, assim sendo, não há como emitir a autorização para a referida atividade, por ser um ato legal e administrativo redundante. Haja vista que as atividades não incidentes, não são passíveis de licenciamento ambiental. No entanto, o empreendedor e os agentes financeiros devem atentar para as demais questões legais, que seguem:

1.3. Os efluentes líquidos domésticos somente poderão ser infiltrados no solo, quando as condições do solo assim o permitirem e em consonância com o estabelecido nos ensaios geotécnicos de infiltração, de responsabilidade técnica do Geólogo Maciel Gilmar Jacobs, CREA/RS 195.497, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART nº 9448199;

1.4. Para infiltração em solo os efluentes deverão passar por prévio sistema de tratamento, contemplando no mínimo, a implantação de tanque séptico e filtro, seguido de dispositivo de infiltração no solo. Deverá





# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

ser assegurada a distância mínima de 1,50 metros entre o fundo do sumidouro e o nível sazonal mais alto da superfície do aquífero freático. Não deverá haver extravasor do sumidouro para a rede pluvial;

1.5. O projeto do sistema de tratamento de efluentes domésticos/sanitários a ser instalado na área deverá considerar o coeficiente mínimo de permeabilidade obtido e estar de acordo com as Normas Técnicas NBR 7.229/1982 e NBR 13.969/1997 da ABNT;

1.6. Não será permitida a construção de Sistemas de Tratamento de Efluentes em áreas sujeitas à inundação, sem coeficiente de absorção suficientes e em Áreas de Preservação Permanente;

1.7. Deve ser observada a legislação ambiental quanto as formações vegetais e áreas de preservação permanente, ao longo dos cursos d'água, numa faixa mínima de 30 metros (para arroios até 10 metros de largura), numa distância de no mínimo 50 metros das nascentes e banhados, nas áreas com declividade igual ou superior a 45°, topos de morro e outras restrições dos Códigos Florestal: Lei Federal nº 11.652/2012 e Lei Estadual nº 15.434/2020;

1.8. Deve ser observada a legislação quanto a movimentação de solo (corte e aterro) para dentro ou para fora dos imóveis;

1.9. Os resíduos da construção civil, gerados durante a fase de obras de implantação dos empreendimentos, devem ser gerenciados de acordo com o disposto na Resolução CONAMA 307/2002.

## 2. RECOMENDAÇÕES:

2.1. Que os técnicos dos projetos de crédito e os agentes financeiros, observem e repassem as informações descritas nesta declaração aos empreendedores, abstendo-se de realizar protocolos administrativos quando das atividades não incidentes de licenciamento ambiental;

2.2. Em caso da necessidade de supressão de vegetação nativa e movimentação de solo para dentro ou para fora dos limites da propriedade (imóvel), mesmo que para as atividades não incidentes, deverá ser aberto processo administrativo solicitando o licenciamento ambiental, acompanhado do projeto técnico e as respectiva Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT);

2.3. Quando tratar-se de qualquer obra de engenharia deverá ser observado o que está determinado pela Lei nº 5.194/1966 e pela Resolução nº 425/1998 do CONFEA, Art. 1º - *"Todo contrato escrito ou verbal para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeita à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), no Conselho Regional em cuja jurisdição for exercida a respectiva atividade"*, assim sendo, toda e qualquer responsabilidade legal recairá sobre o empreendedor e seu responsável técnico.

Paverama/RS, 10 de Outubro de 2024.

**Fabiano Merence Brandão**  
Prefeito Municipal

**João Diego de Souza Duarte**  
Secretário Municipal de Agricultura  
e Meio Ambiente